ISSN: 2358-8829

ESPORTE, ACESSIBILIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DE UMA CORRIDA ACESSÍVEL PARA A VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

David Alex Santos da Silva [1]

INTRODUÇÃO

A inclusão social de pessoas surdas exige mais do que a presença física em espaços coletivos. Pressupõe condições efetivas de comunicação, reconhecimento linguístico, participação nas decisões e respeito às diferentes formas de perceber e interagir com o mundo. Em uma sociedade na qual grande parte das informações é transmitida oralmente, a ausência de recursos visuais e de estratégias de comunicação acessível pode limitar o acesso de pessoas surdas a atividades culturais, educacionais, esportivas e comunitárias.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui uma língua de modalidade visual-espacial, com estrutura linguística própria, utilizada por comunidades surdas brasileiras. Seu reconhecimento legal, por meio da Lei nº 10.436/2002, representa um marco para a garantia de direitos linguísticos e para a ampliação de sua circulação em espaços públicos. O Decreto nº 5.626/2005 regulamenta essa lei e reafirma a relevância da Libras para a comunicação e para a educação de pessoas surdas.

Entretanto, o reconhecimento jurídico precisa se traduzir em experiências concretas de convivência. A acessibilidade comunicacional não se restringe à oferta de interpretação em situações formais: envolve a organização dos ambientes, a circulação de informações compreensíveis, a sensibilização dos participantes e a criação de oportunidades para que pessoas surdas assumam posições de protagonismo. Nesse sentido, iniciativas comunitárias podem aproximar a legislação da vida cotidiana e favorecer o entendimento de que a inclusão é uma responsabilidade coletiva.

[1] Especialista em Língua Brasileira de Sinais pela UNIASSELVI. Professor intérprete de Libras da Rede Municipal de Ensino de Garanhuns e da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEEPE). E-mail: alex.david2014@hotmail.com

O esporte, por sua capacidade de reunir pessoas em torno de uma experiência compartilhada, pode atuar como estratégia de mobilização social e educação não formal. Quando planejada com atenção às diferenças, uma atividade esportiva possibilita a participação de pessoas com diferentes experiências, idades e condições, deslocando o foco da competição para a convivência, a cooperação e o exercício da cidadania. A corrida acessível aqui analisada insere-se nessa perspectiva.

A experiência ocorreu no município de Canhotinho, em Pernambuco, a partir de uma iniciativa vinculada à Escola Estadual Padre Antônio Callou de Alencar, que realizou convite aberto à população da cidade. A ação foi concebida em alusão ao Dia Nacional da Libras e reuniu pessoas surdas e ouvintes, familiares, estudantes e participantes de municípios vizinhos, transformando a prática esportiva em oportunidade de visibilidade da língua e de encontro comunitário.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar as contribuições de uma corrida acessível para a valorização da Libras, o fortalecimento da participação social e a aproximação entre pessoas surdas e ouvintes. Busca-se compreender de que maneira uma ação aberta à comunidade pode favorecer a sensibilização sobre barreiras comunicacionais, ampliar a visibilidade da comunidade surda e estimular parcerias entre instituições e sujeitos sociais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 LIBRAS, DIREITOS LINGUÍSTICOS E RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE SURDA

A Lei nº 10.436/2002 reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão e a caracteriza como sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria. Esse reconhecimento é fundamental porque rompe com a compreensão de que a língua de sinais seria apenas um conjunto de gestos ou um recurso auxiliar. Trata-se de uma língua por meio da qual seus usuários constroem sentidos, compartilham experiências e participam da vida social.

O Decreto nº 5.626/2005 regulamenta a legislação e estabelece diretrizes relacionadas à formação, ao uso e à difusão da Libras. No âmbito social, esses marcos normativos reforçam que a acessibilidade linguística deve ser compreendida como

ISSN: 2358-8829

condição para o exercício de direitos, e não como favor ou concessão. A participação de pessoas surdas em eventos públicos, portanto, demanda atenção às formas de comunicação e às condições para que possam acompanhar, interagir e se expressar.

O reconhecimento da língua também está relacionado à valorização das experiências culturais da comunidade surda. A surdez não deve ser compreendida exclusivamente pela perspectiva clínica ou pela ausência de audição; é necessário considerar as dimensões linguísticas, culturais e identitárias construídas pelos sujeitos. Assim, atividades que tornam a Libras visível em espaços comunitários contribuem para ampliar o conhecimento público e questionar estereótipos que associam a diferença a incapacidade ou dependência.

Em uma corrida aberta à população, a presença da Libras pode cumprir função educativa e simbólica: evidencia que a comunicação pode acontecer por diferentes modalidades e que a participação social deve ser organizada para acolher essa diversidade. O evento, desse modo, não se limita à prática física; também comunica uma mensagem pública sobre direitos, reconhecimento e pertencimento.

2.2 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E INCLUSÃO SOCIAL

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — Lei nº 13.146/2015 — estabelece como finalidade assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, visando à inclusão social e à cidadania. Embora a experiência aqui relatada tenha como foco principal a acessibilidade linguística da comunidade surda, seus princípios ajudam a compreender que a inclusão depende da identificação e da remoção de barreiras presentes nos ambientes e nas atitudes.

A acessibilidade comunicacional envolve a possibilidade de receber e transmitir informações de modo compreensível. Em eventos coletivos, essa dimensão precisa ser considerada desde o planejamento: a divulgação deve ser clara; as orientações devem ser visíveis; os responsáveis pela organização precisam estar preparados para acolher diferentes participantes; e os recursos de comunicação devem ser adequados às necessidades identificadas. A acessibilidade, portanto, não deve ser tratada como uma adaptação improvisada apenas quando uma pessoa com deficiência chega ao local.

ISSN: 2358-8829

As barreiras atitudinais também merecem atenção. Elas se manifestam em expectativas reduzidas sobre as capacidades das pessoas, na ausência de interação direta ou na ideia de que a responsabilidade pela comunicação pertence exclusivamente à pessoa surda. A sensibilização coletiva contribui para deslocar essa perspectiva, reconhecendo que a comunicação é uma responsabilidade compartilhada e que atitudes simples — como buscar contato visual, respeitar o tempo de interação e utilizar recursos visuais — podem tornar a convivência mais acessível.

A inclusão social não se resume à participação em uma atividade isolada. Ela se fortalece quando as experiências produzem reflexão, continuidade e compromisso institucional. Por isso, eventos comunitários podem funcionar como pontos de partida para outras ações de acessibilidade, formação e difusão da Libras, desde que seus aprendizados sejam incorporados ao cotidiano das instituições envolvidas.

2.3 ESPORTE, EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no artigo 217, o dever do Estado de fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada pessoa e prevê o incentivo ao lazer como forma de promoção social. Essa perspectiva permite compreender o esporte para além do rendimento ou da competição. Práticas esportivas abertas à comunidade podem favorecer o encontro, a cooperação, a saúde, a ocupação dos espaços públicos e a construção de vínculos.

A educação não formal ocorre em experiências organizadas fora dos formatos estritamente curriculares, nas quais os participantes aprendem por meio da convivência, da participação e da reflexão sobre situações concretas. Uma corrida acessível pode constituir esse tipo de experiência ao articular movimento corporal, comunicação, mobilização comunitária e aprendizagem social. Os participantes não apenas realizam uma atividade esportiva: também entram em contato com a diversidade linguística e com a necessidade de criar condições para a participação de todos.

Para que o esporte contribua para a inclusão, é importante evitar que a pessoa surda seja colocada apenas como símbolo do evento ou como destinatária passiva de uma ação. O protagonismo se fortalece quando sua presença é reconhecida como parte constitutiva da comunidade, quando suas formas de comunicação são respeitadas e

quando há espaço para interação horizontal com pessoas ouvintes. Nessa direção, uma corrida acessível pode questionar a separação entre quem organiza e quem é incluído, promovendo a ideia de participação compartilhada.

O caráter público da experiência realizada em Canhotinho amplia essa discussão. Ao abrir o convite para a população, a Escola Estadual Padre Antônio Callou de Alencar favoreceu a compreensão de que a valorização da Libras não é responsabilidade exclusiva da escola ou das pessoas surdas. É uma pauta de interesse coletivo, que pode mobilizar famílias, estudantes, profissionais e outros moradores, fortalecendo a relação entre instituição escolar e comunidade.

3 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, descritiva, desenvolvida na modalidade de relato de experiência. Essa abordagem é adequada para registrar e analisar uma prática concreta, considerando seu contexto, seus objetivos, os sujeitos envolvidos e os sentidos educativos e sociais observados durante sua realização. O foco não é mensurar o impacto por meio de indicadores estatísticos, mas interpretar contribuições e desafios percebidos na organização e no desenvolvimento da ação.

A experiência ocorreu no município de Canhotinho, Pernambuco, em iniciativa vinculada à Escola Estadual Padre Antônio Callou de Alencar. A divulgação foi realizada por meio de convite aberto à população local, ampliando a possibilidade de participação para além do público escolar. O evento foi realizado em alusão ao Dia Nacional da Libras, com a proposta de articular esporte, acessibilidade, convivência e valorização da língua da comunidade surda.

Conforme os registros descritivos da experiência, participaram pessoas surdas e ouvintes, familiares, estudantes e representantes de municípios vizinhos. A ação envolveu articulação colaborativa entre instituições públicas, profissionais da educação, representantes da comunidade surda e parceiros locais. Para preservar a fidelidade ao ocorrido, este relato não atribui ao evento uma data específica, quantidade de participantes, distância percorrida ou recursos técnicos que não estejam documentados no material de origem.

ISSN: 2358-8829

A análise foi orientada pela observação participante e pelos registros produzidos durante o planejamento e a execução da atividade. Foram consideradas quatro dimensões: a) mobilização e participação comunitária; b) visibilidade e valorização da Libras; c) interação entre pessoas surdas e ouvintes; e d) sensibilização quanto às barreiras comunicacionais e atitudinais. Essas dimensões foram interpretadas em diálogo com a legislação brasileira referente à Libras, à inclusão da pessoa com deficiência e ao direito ao esporte.

Por se tratar de relato de experiência, os resultados apresentados devem ser compreendidos como análise descritiva do contexto vivido, e não como comprovação de efeitos generalizáveis a todas as corridas ou eventos inclusivos. A ausência de dados quantitativos sistematizados também limita comparações estatísticas. Ainda assim, a descrição permite discutir possibilidades pedagógicas e comunitárias relevantes para o planejamento de ações futuras.

4 RELATO DA EXPERIÊNCIA: A CORRIDA ACESSÍVEL EM CANHOTINHO

4.1 ARTICULAÇÃO E ABERTURA À COMUNIDADE

A realização da corrida acessível partiu da compreensão de que a valorização da Libras precisa alcançar espaços para além das atividades escolares convencionais. A Escola Estadual Padre Antônio Callou de Alencar, em Canhotinho, promoveu a iniciativa com convite aberto à população, favorecendo a participação de pessoas com diferentes vínculos com a instituição. Essa abertura contribuiu para situar a pauta da acessibilidade como questão comunitária e não apenas como tema restrito a profissionais da educação ou à comunidade surda.

A articulação colaborativa constituiu um aspecto importante do processo. A participação de instituições públicas, profissionais da educação, representantes da comunidade surda e parceiros locais ajudou a construir condições para que a atividade assumisse significado social. O planejamento compartilhado, nesse tipo de iniciativa, permite reunir conhecimentos e responsabilidades diferentes: a experiência de quem utiliza a Libras, o conhecimento pedagógico dos profissionais, a capacidade de mobilização das instituições e a contribuição dos parceiros envolvidos.

ISSN: 2358-8829

O convite aberto também possui valor simbólico. Ao chamar moradores da cidade para participar, a escola ampliou a possibilidade de que a Libras fosse percebida em um contexto cotidiano, ligado ao esporte e à convivência. A visibilidade pública contribui para deslocar a língua de sinais de uma posição frequentemente restrita a espaços especializados e para reafirmar que a comunicação acessível é parte da vida coletiva.

4.2 O ENCONTRO ENTRE ESPORTE, LIBRAS E CONVIVÊNCIA

A corrida funcionou como eixo agregador de pessoas surdas e ouvintes, familiares, estudantes e representantes de municípios vizinhos. A atividade esportiva criou uma situação comum de encontro, na qual a participação não dependia de compartilhar a mesma experiência linguística, mas de reconhecer a diversidade como parte legítima do espaço público. A convivência em torno de um objetivo coletivo favoreceu oportunidades de interação e ampliou a visibilidade da comunidade surda.

A alusão ao Dia Nacional da Libras conferiu à ação um sentido de valorização linguística. A data foi mobilizada como oportunidade para chamar a atenção para o direito de comunicação e para a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a língua. A articulação com o esporte ajudou a tornar a pauta mais acessível à população, conectando o debate sobre inclusão a uma atividade prática, pública e compartilhada.

É importante ressaltar que a acessibilidade não se resume à presença de pessoas surdas em uma corrida. Uma atividade inclusiva precisa considerar a comunicação antes, durante e depois do evento, bem como a autonomia dos participantes e a possibilidade de interação. A experiência relatada evidenciou a relevância de promover ambientes nos quais pessoas surdas e ouvintes possam compartilhar o espaço, construir relações e reconhecer a Libras como língua legítima de comunicação.

A dimensão educativa do encontro aparece também na sensibilização dos participantes. O contato com a diversidade linguística pode provocar questionamentos sobre hábitos comunicacionais e sobre as barreiras que, muitas vezes, são naturalizadas em atividades públicas. Assim, a corrida constituiu uma oportunidade de aprendizagem social, na qual a inclusão pôde ser vivenciada por meio da participação e da convivência.

ISSN: 2358-8829

4.3 O PAPEL DA ESCOLA NA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A participação da Escola Estadual Padre Antônio Callou de Alencar destaca o potencial das instituições educacionais como articuladoras de iniciativas que conectam aprendizagem, cidadania e território. A escola não atua apenas na transmissão de conteúdos curriculares; também pode estabelecer parcerias, acolher demandas da comunidade e promover ações que contribuam para a valorização dos direitos humanos e da diversidade.

Ao realizar um evento aberto à cidade, a instituição favoreceu a aproximação entre educação e comunidade. Essa relação é particularmente relevante para a inclusão, pois as barreiras comunicacionais não se encontram apenas no ambiente escolar: podem aparecer em serviços, espaços de lazer, eventos públicos e relações cotidianas. A sensibilização promovida por uma ação comunitária pode estimular o reconhecimento de que a acessibilidade deve orientar diferentes práticas sociais.

A experiência também demonstra a importância de iniciativas intersetoriais. A cooperação entre instituições, profissionais e parceiros amplia a capacidade de mobilização e pode fortalecer redes locais de apoio à inclusão. Embora uma única atividade não resolva, por si só, os desafios estruturais da acessibilidade, ela pode contribuir para criar vínculos, dar visibilidade ao tema e incentivar novas ações.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da experiência aponta, em primeiro lugar, para a mobilização comunitária como resultado relevante. A abertura do convite à população de Canhotinho ampliou o alcance potencial da iniciativa e favoreceu a participação de pessoas com diferentes vínculos com a escola. A presença de participantes surdos e ouvintes, familiares, estudantes e representantes de municípios vizinhos evidenciou que a valorização da Libras pode constituir um interesse compartilhado por diferentes segmentos sociais.

Um segundo resultado diz respeito à ampliação da visibilidade da Libras. Ao associar a língua a uma atividade esportiva pública, a iniciativa contribuiu para apresentá-la como parte da vida social e não apenas como recurso utilizado em situações específicas de interpretação. Essa visibilidade é importante porque o reconhecimento legal de uma

língua precisa ser acompanhado de sua circulação e de atitudes de respeito em espaços concretos.

O terceiro eixo refere-se à interação entre pessoas surdas e ouvintes. O evento favoreceu um ambiente de convivência em torno de uma experiência comum, contribuindo para reduzir a distância social que pode ser produzida quando a comunicação é organizada exclusivamente a partir da oralidade. A interação, nesse contexto, não deve ser entendida como simples contato físico, mas como possibilidade de reconhecer o outro como interlocutor e participante legítimo.

Outro aspecto identificado foi a sensibilização quanto às barreiras comunicacionais e atitudinais. A experiência permitiu evidenciar que a inclusão depende de condições organizacionais e de mudanças nas formas de compreender a diferença. Quando a Libras ganha visibilidade, torna-se possível questionar a expectativa de que todas as pessoas devam comunicar-se da mesma maneira e reforçar a necessidade de ambientes que acolham diferentes formas de expressão.

Também se destaca o fortalecimento das redes interinstitucionais. A colaboração entre instituições públicas, profissionais da educação, representantes da comunidade surda e parceiros locais mostra que ações inclusivas podem ser construídas de forma compartilhada. Essa cooperação é relevante para a continuidade de iniciativas, pois permite que o tema da acessibilidade circule entre diferentes setores e não fique concentrado em um único profissional ou instituição.

Os resultados dialogam com a Lei nº 10.436/2002 e com o Decreto nº 5.626/2005, que reconhecem a Libras e orientam sua difusão e utilização. Da mesma forma, aproximam-se dos princípios da Lei Brasileira de Inclusão, ao enfatizar a participação social e a remoção de barreiras. A Constituição Federal, ao reconhecer o esporte como direito e prever o incentivo ao lazer como promoção social, oferece respaldo para compreender a corrida como experiência que articula atividade física, cidadania e convivência.

A discussão, contudo, exige cautela. O relato não dispõe de instrumentos padronizados de avaliação, entrevistas sistemáticas ou medidas antes e depois da atividade que permitam afirmar mudanças duradouras nas atitudes dos participantes. Por isso, os resultados são apresentados como contribuições observadas no contexto da

experiência, sem estabelecer relações causais ou generalizar conclusões. Pesquisas futuras podem aprofundar a análise por meio de entrevistas com participantes surdos e ouvintes, questionários de percepção, registros audiovisuais acessíveis e acompanhamento de ações posteriores.

A principal contribuição da experiência está em demonstrar que a inclusão pode ser promovida em espaços comunitários quando o planejamento reconhece a acessibilidade como princípio. A corrida não elimina, isoladamente, as barreiras históricas enfrentadas pela comunidade surda, mas cria uma oportunidade concreta de visibilidade, participação e diálogo. Seu potencial educativo aumenta quando a ação é compreendida como parte de um compromisso contínuo com a comunicação acessível e com a valorização da Libras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as contribuições de uma corrida acessível realizada em Canhotinho, Pernambuco, em alusão ao Dia Nacional da Libras, vinculada à Escola Estadual Padre Antônio Callou de Alencar e aberta à participação da população. A experiência evidenciou o potencial do esporte como estratégia de educação não formal, mobilização comunitária e valorização da diversidade linguística.

Os aspectos analisados apontam para a ampliação da visibilidade da Libras, o encontro entre pessoas surdas e ouvintes, a sensibilização sobre barreiras comunicacionais e atitudinais e o fortalecimento de parcerias institucionais. A participação de diferentes segmentos reforçou a compreensão de que a inclusão não é responsabilidade exclusiva das pessoas surdas ou dos profissionais que atuam com elas, mas compromisso coletivo.

A experiência também reafirma que acessibilidade precisa ser pensada como condição de participação, e não como ação complementar. Eventos públicos inclusivos devem considerar a comunicação, a autonomia e o protagonismo dos participantes desde o planejamento. A presença da Libras em espaços esportivos e comunitários contribui para ampliar o reconhecimento de seu valor linguístico e social.

Como limite, destaca-se o caráter descritivo do relato e a ausência de dados quantitativos ou de acompanhamento longitudinal que permitam medir os efeitos da ação

ao longo do tempo. Recomenda-se que futuras iniciativas incorporem instrumentos simples de avaliação, escuta dos participantes surdos, registro sistemático das estratégias de acessibilidade e planejamento de atividades continuadas.

Conclui-se que a corrida acessível constituiu uma prática relevante de participação social e valorização da Libras em Canhotinho. Ao articular escola, comunidade e esporte, a iniciativa demonstrou que ações locais, colaborativas e abertas ao público podem contribuir para ambientes mais inclusivos e para o reconhecimento dos direitos linguísticos da comunidade surda. Mais do que um evento pontual, experiências dessa natureza podem servir de impulso para políticas e práticas permanentes de acessibilidade comunicacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.